



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002899-97.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Serviços Hospitalares**  
 Impugnante: **Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência**  
 Impugnado: **Antonio Carlos Pratavieira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A impugnante Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência impugnou, por meio deste incidente, os benefícios da justiça gratuita requeridos pelo espólio de Antonio Carlos Pratavieira, nos autos da ação de cobrança que a impugnante move em face do impugnado. A impugnante alega que a inventariante é proprietária de duas empresas, e que, por este motivo, não faz jus aos benefícios tutelados pela Lei 1.060/50. Juntou os documentos de folhas 07/11.

A impugnada, em manifestação de folhas 14/18, requer a rejeição da impugnação, porquanto é pessoa necessitada na acepção jurídica do termo, e que o fato de possuir empresa cadastrada em seu nome não é prova suficiente de que tenha condições financeiras. Aduz, ainda, que instruiu os autos principais com documento que comprova receber pensão por morte no valor de R\$ 1.388,49. Ademais, uma das empresas registrada em seu nome está há muitos anos desativada por falta de pagamento de débitos.

Relatei. Decido.

A impugnação deve ser rejeitada.

A ação principal foi movida pela impugnante em face do espólio de Antonio Carlos Pratavieira, representado pela inventariante Regina Cristina da Silva Pratavieira.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Desse modo, a impugnação deveria ter sido direcionada contra o espólio e não contra a inventariante, que tão somente representa o espólio.

Ademais, os documentos colacionados pela impugnante não comprovam que, embora a inventariante possua duas empresas registradas em seu nome, possua condições de arcar momentaneamente com as custas do processo.

A inventariante, por seu turno, instruiu a defesa com o detalhamento de crédito de folhas 21, por meio do qual é possível constatar que recebe pensão por morte previdenciária no valor de R\$ 1.002,18.

Diante do exposto, rejeito a impugnação aos benefícios da justiça gratuita apresentada pela impugnante Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência, mantendo os benefícios da justiça gratuita deferidas nesta data ao réu.

Prossiga-se nos autos principais.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de julho de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**